



ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A TEORIA E PRÁXIS DA CATALOGAÇÃO COM RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA) DA BIBLIOTECA CENTRAL DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

INFORMATION ORGANIZATION: A LOOK AT THE THEORY AND PRAXIS OF CATALOGING WITH RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA) AT THE CENTRAL LIBRARY OF THE PONTIFICAL CATHOLIC UNIVERSITY OF RIO GRANDE DO SUL (PUCRS)

Anamaria Ferreira, PUC-RS - anamaria@pucrs.br
Clarissa Jesinska Selbach, PUC-RS - clarissa.selbach@pucrs.br
Loiva Duarte Novak, PUC-RS - loiva.novak@pucrs.br
Lucas Martins Kern, PUC-RS - lucas.kern@pucrs.br

Eixo Temático 4: Ciência da Informação: diálogos e conexões

INTRODUÇÃO

Unidades informacionais atuam no âmbito da organização do conhecimento, tornando os recursos de informação acessíveis aos seus usuários. Os dados coletados e codificados pelos bibliotecários a partir das fontes de informação são decodificados por sistemas automatizados. Destaca-se que é preciso atenção na arquitetura e a gestão dos dados informacionais que estruturam um catálogo, assim o profissional bibliotecário torna-se multifacetado, fazendo da atuação em unidades de informação um agrupamento de competências administrativas, teóricas, técnicas e operacionais.

No que tange ao desenvolvimento da atividade catalogadora é imprescindível observar padrões descritivos, a fim de tornar o catálogo coeso, conciso, condizente com a atualidade, preparado para *linked data* e que permita atender as funções do catálogo. Para estar alinhado a estas expectativas, no que diz respeito aos dados e



metadados e identificando a mudança que ocorre em contexto mundial da organização da informação e do conhecimento, definiu-se por adotar um código de catalogação que estivesse direcionado a ter maior alcance na representação descritiva, então o Resource Description and Access, conhecido como RDA, foi implantado na Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O objetivo deste trabalho é demonstrar a experiência percorrida pelos bibliotecários que atuam na gestão e arquitetura dos dados de informação que compõem o catálogo da Biblioteca. Para que seja possível atender ao objetivo, propõe-se abordagem metodológica de um relato de experiência, que se harmoniza entre a teoria e a prática. Assim, demonstram-se as bases teóricas que fundamentam a tomada de decisão pela adoção de um novo código, bem como a experiência dos bibliotecários catalogadores, sendo esta, portanto, uma construção empírica que busca oferecer uma síntese entre teoria e práxis.

Por fim, compreende-se que a atividade de catalogação deve ser executada por profissionais devidamente capacitados pelo curso universitário que a fundamenta. Observa-se, ainda, que é necessário expandir habilidades profissionais que possibilitem, através da interdisciplinaridade, convergir conhecimentos de outras áreas a fim de que haja um aperfeiçoamento das atividades ligadas às políticas decisórias, visando principalmente atender as tarefas do usuário e funções do catálogo.

BASES TEÓRICAS DA DESCRIÇÕES DE RECURSOS E ACESSO

Catalogar é descrever um recurso informacional para torná-lo recuperável e acessível aos usuários. Assim, a atividade de catalogação é imprescindível. Em primeira instância entende-se que não é possível que uma biblioteca exista sem uma organização da informação e do conhecimento. Assim, a atividade de catalogação é de grande importância para que uma biblioteca possa cumprir com a sua missão: suprir as necessidades informacionais de seus usuários.

Diante da necessidade de padronização nas descrições destacamos o uso da ISBD (International Standard Bibliographic Description - Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada) e dos códigos AACRs (Anglo-American Cataloguing Rules



- Código de Catalogação Anglo-Americano) que surgem como ferramentas de trabalho para os bibliotecários.

É preciso compreender que as AACRs evoluem a partir do desenvolvimento da ISBD. A ISBD tinha o objetivo de padronizar a descrição dos dados e, à época, a primeira edição do AACR já havia sido publicada, assim como o MARC (Machine Readable Cataloging). (MEY; SILVEIRA, 2009). Destaca-se que a intenção das normativas AACR é servir como um padrão de descrição para subsidiar à descrição bibliográfica. (CORREA, 2008). Assim, ISBD, MARC e AACR, bem como as atualizações ISBD, MARC21 e AACR2 tornaram-se ferramentas de trabalho de amplo uso, domínio e conhecimento dos bibliotecários.

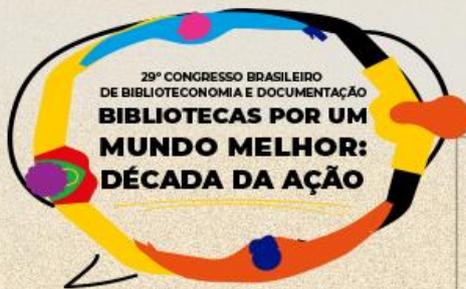
Mas foi a internet e as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) que impulsionaram mais uma grande mudança na Biblioteconomia. Segundo Pecegueiro (2019, p. 3) “A mudança paradigmática se dá no suporte informacional que na biblioteca tradicional se limitava ao papel e, atualmente, na biblioteca digital, está no formato eletrônico”.

Neste sentido:

O papel do bibliotecário está relacionado à boa ergonomia da arquitetura da informação. Portanto, em harmonia com as recentes demandas informacionais, como profissional da informação, o bibliotecário também irá preocupar-se com a disponibilidade e a acessibilidade. Isso visa tornar os sistemas cada vez mais amigáveis diante de novos recursos que surjam. E que possa desempenhar-se de forma a otimizar melhores estratégias relacionadas aos mecanismos de busca, a interface de fácil acesso, na perspectiva de melhores serviços e produtos para os usuários de websites. (SANTOS; SILVA, 2013, p. 8).

Assim, é preciso que a atividade de organização do conhecimento aconteça de forma harmônica observando o atendimento das necessidades dos usuários. É possível observar o avanço exponencial que o desenvolvimento tecnológico tem possibilitado. A internet está em aceleração e a quantidade de dados e informações tornam-se cada vez mais robustos. Assim, é indispensável uma organização lógica, consistente e, principalmente, semântica de todos estes dados. (LOPES; SILVA, 2021).

Ao verificar o tratamento destes dados quando apoiado pelos códigos a que estamos acostumados a trabalhar, e cita-se aqui o código de mais amplo uso no Brasil,



o AACR2, identifica-se principalmente para documento eletrônicos, digitais que não são amplamente abordados devido à falta de atualização do código.

Com o aparecimento dos novos modelos, de novas formas de organizar dados bibliográficos e tendo como prioridade atender as necessidades do usuário surgiu um novo modelo conceitual chamado FRBR, que focaliza na melhor disponibilização e na possibilidade de descrever novas relações entre as informações on-line. (SILVA, 2013, p. 10).

Assim, a partir do desenvolvimento de novos modelos conceituais, como-FRBR (Functional Requirements for Bibliographic Records - Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos), teremos um novo código de catalogação, o RDA. Este código é pensado, planejado e estruturado para a documentação em ambientes digitais. Observa também a importância do atendimento das tarefas do usuário que constam no FRBR, a saber: encontrar, identificar, selecionar, adquirir e obter (IFLA, 1998). Além disto, o RDA tem também a intenção de possibilitar um catálogo que possa atender as funções do catálogo, presentes nos ICP (International Cataloguing Principles - Princípios Internacionais de Catalogação), e que estão também baseados no FRBR. Assim, reúne-se ambas as definições nas funções do catálogo, como: encontrar, identificar, selecionar, adquirir, obter e explorar/navegar (IFLA, 2009).

De tal modo observou-se uma convergência: de um lado põe-se o desenvolvimento da fundamentação e embasamento teórico na descrição e suporte da organização da informação; do outro, é possível observar o usuário e o expressivo aumento recursos de informação, cenários que nos direcionam a repensar a representação descritiva.

Desta forma, na busca constante de melhorias que visam atender a demanda e as necessidades dos usuários, assim como a inovação e a excelência dos serviços oferecidos, o grupo de bibliotecários da Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul iniciou um movimento de estudos dos modelos conceituais e do novo código de catalogação. Estes estudos possibilitaram que a implementação do RDA se tornasse real.

A CATALOGAÇÃO NA BIBLIOTECA CENTRAL IRMÃO JOSÉ OTÃO (PUCRS)

Em 2013, procurando a vanguarda de recursos que agregassem valor à representação descritiva e aumentassem o suporte à pesquisa e a navegação pelo



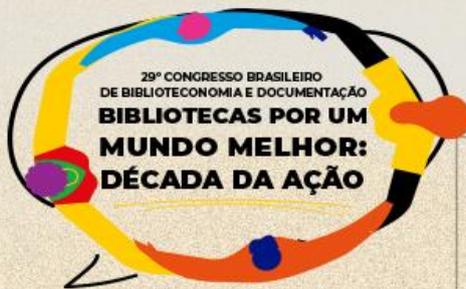
usuário, o grupo de bibliotecários catalogadores do Setor de Tratamento da Informação em comum acordo com a direção da Biblioteca, que buscava inovação e excelência, iniciou os estudos do novo código de catalogação, o RDA.

A pesquisa iniciou através da identificação de bibliotecas internacionais que já haviam implementado e, para acessar a fonte de informação principal, foi realizada a assinatura da ferramenta RDA Toolkit (2019). Neste período foi avaliado o alcance do novo código e quais seriam as mudanças necessárias para adequação do catálogo bibliográfico. O projeto de implantação contou com o estudo do acervo da Biblioteca através do mapeamento dos tipos de materiais, adaptação da política de catalogação (que até então era feita em AACR2 e passou a ser desenhada a partir das orientações e diretrizes do RDA), construção de manuais específicos e principalmente, recursos documentais que registrassem as tomadas de decisões. O RDA permite que os bibliotecários façam escolhas e tenham autonomia para delinear a descrição dos dados da melhor forma para o seu público.

Em 2016, o RDA foi oficialmente implementado em registros de autoridades e bibliográficos da Biblioteca da PUCRS. A partir deste momento, todo material que é inserido no acervo tem sua catalogação realizada em RDA.

Para planejar, organizar e efetivar esta transição de forma menos abrupta e fluida, tanto para equipe como para o usuário, é exigido por parte da coordenação um entendimento sobre o alcance desse processo de mudança organizacional. Para Rebeka e Indradevi (2015), a mudança organizacional ocorre quando uma empresa faz um desenvolvimento visando mudar seu estado atual para uma oportunidade. As equipes de apoio e bibliotecários foram capacitados, para que todos da Biblioteca tivessem conhecimento geral das mudanças adotadas na descrição dos recursos informacionais pelo Setor de Tratamento da Informação e no que isso beneficia o usuário.

Segundo Rostirolla (2006) a biblioteca universitária é responsável pela organização do conhecimento, por reunir, organizar e disponibilizar as principais fontes de informação existentes, promover o acesso e uso da informação e, por agregar valor à informação. A adoção do novo código foi um projeto que uniu estudos teóricos e a prática de catalogação do setor.



Foram atualizadas as planilhas de preenchimento para cada tipo de material (templates), atualmente sendo em torno de 45 tipos de diferentes suportes. Com isso, aumentaram os campos de descrição atribuídos aos registros bibliográficos e de autoridade, utilizados do MARC21. Então, os manuais operacionais foram atualizados, a fim de servir de registro e apoio para tomadas de decisão referentes ao processo de catalogação.

Figura 1 - Exemplo de manual para ajuda do campo 505 - MARC21

505 – NOTA DE CONTEÚDO (R)

MARC Bibliográfico completo

Link: <https://www.loc.gov/marc/bibliographic/bd505.html>

Primeiro Indicador

- 0 – Conteúdo
- 1 – Conteúdo incompleto
- 2 – Conteúdo parcial
- 8 – Não gerar nota prévia

Segundo Indicador

- # - Básico
- 0 - Aumentado

Subcampos
\$a – Nota de conteúdo (NR)
\$g – Informações adicionais (R)
\$r – Indicação de responsabilidade (R)
\$t – Título (R)
\$u – URI (R)
\$6 – Ligação (NR)
\$8 - Campo de ligação e número de sequência (R)

Orientações gerais sobre o campo 505

Fonte: Documentos internos Biblioteca da PUCRS (2022).

Diante de tantas decisões a se tomar, a principal foi que o catálogo se tornaria híbrido, visto que seria impossível retomar a catalogação de mais de um milhão de itens que compõem o acervo. Para isso, com a cooperação do Setor de Suporte e Desenvolvimento da Biblioteca, foram realizadas mudanças em lotes de campos específicos como a mudança na utilização da expressão latina *et al.*, substituída então pela expressão “e outros”. Implementou-se novos campos MARC21 (33X) de acordo com diretrizes do RDA, assim como novos campos locais (39X) para adequar a compreensão dos usuários na saída dos dados em uma linguagem natural.



Todos os passos dados e decisões que efetivaram a implantação do RDA na Biblioteca foram norteadas pela política de catalogação que tem por objetivo: documentar e padronizar as atividades relacionadas à catalogação do Setor de Tratamento da Informação da Biblioteca.

A estrutura da Política de Catalogação se baseia em estudos teóricos da área de representação descritiva e utiliza obras publicadas sobre o tema para melhor fundamentação conceitual. Está em conformidade com a Política de Desenvolvimento de Coleções, Política de Tratamento da Informação, Política de Indexação e demais políticas pertinentes da Biblioteca Central.

Ranganathan deixou registrado na história da Biblioteconomia, cinco leis que ressignificam até os dias atuais o funcionamento de uma Biblioteca. A 5ª lei diz que a Biblioteca é uma organização viva, isto quer dizer que está em constante mudança (RANGANATHAN, 2009). As políticas e decisões ao longo dos anos não seriam diferentes, passando por modificações e adaptações para a realidade atual da Biblioteca. Inicialmente, se chegou a cadastrar 300 autorias em um único registro bibliográfico, incluindo subcampos designando a relação das autoridades com a obra (1XX e 7XX \$e) (SELBACH; FERREIRA; NOVAK; KERN, 2020). Em consequência, também foi realizado o controle de autoridade desses registros, com atributos exaustivos que contemplavam inclusive endereço comercial.

Em um espaço de tempo em que o fazer bibliotecário nos exige demasiado tempo para todas as atividades, em 2018, a política sofreu sua primeira grande alteração para atribuir somente os responsáveis pela obra que se apresentam na folha de rosto do material.

Alterações nas políticas impactam diretamente nos resultados de pesquisa, na saída dos dados no catálogo e na organização da informação como um todo. Por esta razão foi mantida a descrição do resumo das obras, como também a descrição analítica do sumário contemplando todos os autores de capítulos descritos no campo 505 do MARC21.

Para o catálogo de autoridades, como citado anteriormente, inicialmente era construído de forma exaustiva em seus atributos. Mapeados os tipos de autoridade encontradas no catálogo, foram criadas as mesmas planilhas de preenchimento (templates) com campos MARC21.

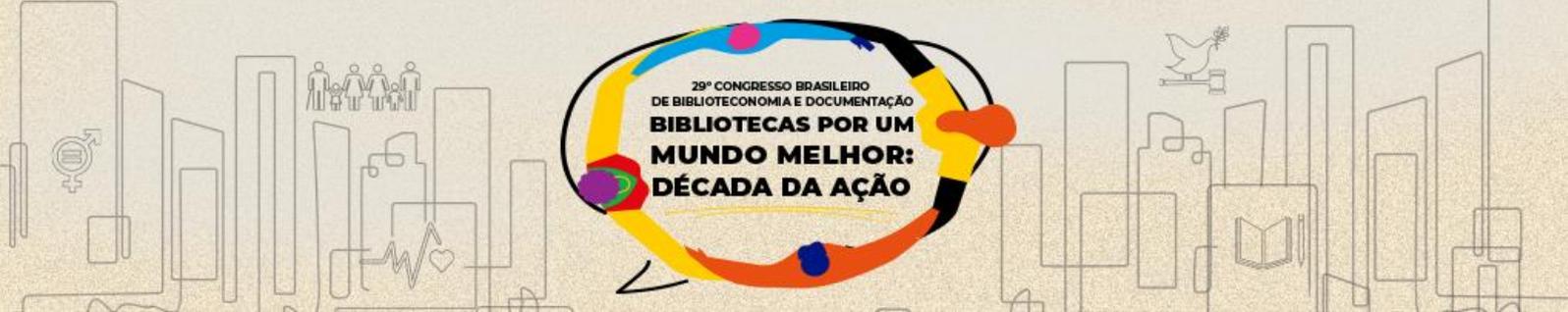


Figura 2: Comparativo da autoridade do autor Machado de Assis em AACR2 x RDA

AACR2		RDA	
Fixo - CRTL+F	008	Data e hora	005
Fonte Catalogac	040	Fixo - CRTL+F	008
Nome pessoal	100	Outras identif	024
	1	Outras identif	024
	a	Fonte Catalogac	040
	b	Cód datas espe	046
	c	Cutter	091
	d	Nome pessoal	100
		Local assoc	370
		Campo atividade	372
		Ocupação	374
		Idioma assoc	377
		Rem.Ver Aut.Pes	400
		Rem.Ver Aut.Pes	400
		Rem.Ver Aut.Pes	400
		Fonte encontrad	670
		Link Aut. Pess.	700
			00

Fonte: Software Aleph da Biblioteca da PUCRS (2022).

Os atributos registrados para as autoridades também passaram por adaptações. Coletados a partir de fontes de informações confiáveis, como Library of Congress, bibliotecas nacionais de cada país de acordo com a nacionalidade do autor e Currículo Lattes, também foram incorporados identificadores internacionais como VIAF (Virtual International Authority File) e ISNI (International Standard Name Identifier). Dessa forma, visa-se agregar valor aos metadados, impulsionando a pesquisa, buscando inovação e desenvolvendo o catálogo de autoridades para disponibilização de arquivos de autoridade em *linked data*.

O benefício na adoção do RDA como diretriz para catalogação de recursos informacionais se retrata na possibilidade de descrever qualquer tipo de material, além de flexibilizar ao bibliotecário catalogador adequar suas diretrizes de acordo com as necessidades da instituição e da política definida pela agência catalogadora.

Esta amplitude e frescor que os novos modelos conceituais trouxeram, proporcionou ao Setor de Tratamento da Informação elaborar em 2019 o projeto “Catalogação de personagens fictícios em RDA na Biblioteca Central”, que consistiu em criar e controlar registros de autoridade de pontos de acesso autorizados para personagens fictícios.



Figura 3 - Registro de autoridade de personagem fictício em RDA no sistema Aleph.

Líder	<u>001</u>	---	█---nz-----n-----
Data e hora	<u>005</u>	---	20220720161059.0
Fixo - CRTLF	<u>008</u>	---	-----nn-acnnnabbn-----a-aaa-----d
Template	<u>009</u>	a	PUC10_18
Outras identif	<u>024</u>	7	a 0000 0000 5594 0906
			z 2
Outras identif	<u>024</u>	7	a 79903322
			1 http://viaf.org/viaf/79903322
			z 2
Fonte Catalogac	<u>040</u>	---	a BR-PaPUC
			b por
			e rda
Cutter	<u>091</u>	---	c B333
Nome pessoal	<u>100</u>	0	a Batman
			c (Personagem fictício)
Atrib pes/ent	<u>368</u>	---	c Personagem fictício
Local assoc	<u>370</u>	---	a Gotham City (Local imaginário)
Ocupação	<u>374</u>	---	a Super-heróis
			z 2
Idioma assoc	<u>377</u>	---	a eng
Rem.Ver Aut.Pes	<u>400</u>	1	a Wayne, Bruce
			c (Personagem fictício)
Fonte encontrad	<u>670</u>	---	a VIAF
Fonte encontrad	<u>670</u>	---	a DLC
Nota pública	<u>680</u>	---	i As informações relativas ao personagem são fictícias de acordo com o conteúdo da obra

Fonte: Software Aleph da Biblioteca da PUCRS (2022).

Entende-se que o maior desafio para a equipe de bibliotecários que trabalham com o novo código de catalogação é manter-se informada constantemente sobre as atualizações do RDA, como também sobre as tendências na catalogação global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constante evolução tecnológica nos apresenta um panorama de desconstrução da informação como a conhecemos. A escolha da Biblioteca da PUCRS em dotar um novo código de catalogação surgiu como uma oportunidade de voltar esforços para um novo patamar. Precisou que se remodelasse a forma de pensar a disponibilização dos recursos informacionais, o desenvolvimento do fluxo no processo da catalogação e o principal se atenderia através das relações aos usuários.

Atualizar a catalogação do AACR2 para RDA precisa ser uma atitude planejada, estudada e analisada sobre diferentes aspectos e por diferentes âmbitos institucionais. O RDA possui flexibilidade de implantação para que se adeque a qualquer tipo de centro de informação, mesmo assim, a experiência prática demonstra que a migração requer planejamento estratégico, estudo adequação de pontos específicos.

Entende-se que este processo de implantação necessita de esforços de toda equipe demandando tempo, o que pode ser uma barreira para locais que possuem



uma equipe pequena ou até mesmo, apenas um profissional bibliotecário. É preciso que seja estruturada e documentada para poder nortear e fazer com que esta ação tenha sucesso. Bibliotecas geralmente fazem parte de um sistema institucional, estão ligadas a instituições mantenedoras, por isso, é importante que a liderança da instituição esteja incluída nesta transição, entenda a importância de possuir um catálogo que se conecte e seja compatível com uma variedade de esquemas de codificação de dados estando ciente do impacto que pode causar no fluxo de trabalho.

Desde sua criação e divulgação mundial o RDA já passou por diversas transformações e adaptações. Atualmente é utilizado em mais de 60 países, já possui traduções em 8 idiomas e continua se moldando aos mais variados cenários e sendo o que uma biblioteca é: um organismo vivo.

No contexto atual, de uma rede interconectada de dados, a Biblioteca da PUCRS percebeu a crescente necessidade de adequação do código de catalogação e assumiu o desafio de implementar o RDA em registros de autoridade e bibliográficos. Passa-se a oferecer maiores possibilidades de descoberta de documentos a partir da descrição dos dados e das relações existentes entre eles. É preciso destacar que durante a implementação e continuidade da adoção do RDA, o grupo de bibliotecários que atua no tratamento da informação realizou alterações nas políticas de catalogação da Biblioteca sempre apropriando-se de teoria, fundamentos e prática de trabalho. Entende-se que o trabalho dos catalogadores deve seguir em avaliação e adaptação permanente, mantendo a constância na catalogação e no fluxo de disponibilização de recursos informacionais para os usuários.

Para implementação do uso do RDA como código de catalogação é preciso um caminho que se divide entre a teoria e a prática, e que necessita de constante atualização. Cita-se como exemplo, a recente reformulação do RDA que migrou para uma nova apresentação e organização após fundamentar-se no modelo conceitual Library Reference Model (LRM). Com isto, surge a necessidade ampliar estudos e familiarizar-se com o novo modelo, analisar as adequações necessárias e adaptar os manuais e políticas decisórias seguindo então o RDA Oficial. Apesar dos impactos da mudança em modos e fluxos de trabalho, avalia-se de forma assertiva a adoção do RDA, pois atende às necessidades da era digital e oferece mais possibilidades à biblioteca. Quanto ao aumento na exigência de estudos e interpretação de dados por



parte dos bibliotecários catalogadores é também considerada positiva, na medida em que oferece maior autonomia para que a biblioteca adote as medidas que observa relevantes para cumprir sua missão que é oferecer informação de qualidade ao usuário.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. M. R. *Catálogo descritiva no século XXI: um estudo sobre o RDA*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Campus Marília, 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/correa_rmr_me_mar.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação*. IFLA. 2009. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. *Functional Requirements for Bibliographic Records*. IFLA. 1998. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/frbr/frbr.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2021.

LOPES, L. B. P.; SILVA, M. B. Tecnologia big data em bibliotecas: estudo contributivo a partir de pontuações literárias. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 17, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/168759>. Acesso em: 22 jul. 2022

MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. *Catálogo no plural*. Brasília: Brique de Lemos, 2009.

PECEGUEIRO, C. M. P. A. Os desafios da recuperação da informação na era digital. *Biblionline*, v. 15, n.2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/45145>. Acesso em: 22 jul. 2022.



RANGANATHAN, S. R. *As cinco leis da biblioteconomia*. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

RDA Toolkit. 2019. *Introduction to RDA*. Disponível em: https://access.rdatoolkit.org/en-US_ala-d3b460ae-1818-3459-8c9c-9dd5fda8edf8. Acesso em: 10 jul. 2022.

REBEKA, E.; INDRADEVI, R. A study on perception of employees during change in an organization. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, v. 6, n. 1, p. 72-79, 2015. Disponível em: <https://www.richtmann.org/journal/index.php/mjss/article/view/5437>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ROSTIROLLA, G. *Gestão do conhecimento no serviço de referência em bibliotecas universitárias: uma análise com foco no processo de referência*. 2006. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SANTOS, R. F.; SILVA, E. F. O bibliotecário como arquiteto da informação: os desafios e as novas abordagens no hodierno contexto. *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17372>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SELBACH, C. J.; FERREIRA, A.; NOVAK, L. D.; KERN, L. M. Catalogação com Resource Description and Access (RDA): relato de experiência na Biblioteca Central Irmão José Otão (PUCRS). *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v. 25, n. 3, p. 729–733, ago./ dez. 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1719/pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SILVA, O. A. *AACR2 e RDA: mudanças e estimativas para a Biblioteca Nacional*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103965/AACR2%20e%20RD A%20mudan%C3%A7as%20e%20estimativas%20para%20BN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 22 jul. 2022.